



DIÁRIO

da Assembleia da República

VII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1995-1996)

SESSÃO SOLENE COMEMORATIVA DO 25 DE ABRIL

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
João Cerveira Corregedor da Fonseca
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz

SUMÁRIO

Às 11 horas e 30 minutos entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Sr. Presidente da República (Jorge Sampaio), o Sr. Presidente da Assembleia da República (Almeida Santos), o Sr. Primeiro-Ministro (António Guterres), os Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, os Secretários da Mesa, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe e os Secretários do Protocolo do Estado

No hemiciclo encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Ministros da República para os Açores e para a Madeira, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, os Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, do Tribunal de Contas e do Supremo Tribunal Militar, O Provedor de Justiça, os Chefes dos Estados-Maiores da Armada e da Força Aérea, o Vice-Chefe do Estado Maior do Exército, o Presidente do Conselho Económico e Social, o Vice-Presidente da Assembleia Legislativa Regional da Madeira, Conselheiros de Estado, o Vice-Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Juizes do Tribunal Constitucional, o Governador Civil de Lisboa, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Presidente da Comissão Nacional de Protecção de Dados Pessoais Informatizados, o Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, o Vice-Presidente da Alta

Autoridade para a Comunicação Social, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Comandante do Comando Operacional da Força Aérea, o Governador Militar de Lisboa e os Comandantes-Gerais da Guarda Nacional Republicana e da Polícia de Segurança Pública.

Encontravam-se ainda presentes nas tribunas e galerias o representante do Cardeal Patriarca de Lisboa, os ex-Presidentes da República Ramalho Eanes e Mário Soares, o Marechal Francisco Costa Gomes, a Sra. Maria José Rita, as Dr.^{as} Maria Margarida Almeida Santos e Maria de Jesus Barroso Soares, membros do Governo, os anteriores Presidentes da Assembleia da República Oliveira Dias, Tito de Morais e Fernando Amaral, membros do Corpo Diplomático e da Associação 25 de Abril e demais convidados.

Constituída a Mesa, na qual o Sr. Presidente da República tomou lugar à direita do Sr. Presidente da Assembleia da República, a Banda da Guarda Nacional Republicana, postada nos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional.

Seguiram-se os discursos dos Srs. Deputados Heloísa Apolónia (Os Verdes), Maria Luísa Mesquita (PCP), Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP), Pacheco Pereira (PSD) e Manuel Alegre (PS), do Sr. Presidente da Assembleia da República e do Sr. Presidente da República

Eram 13 horas e 25 minutos quando a sessão foi encerrada.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, declaro aberta a sessão comemorativa do 22.º aniversário do 25 de Abril.

Eram 11 horas e 40 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs. Deputados.

Partido Socialista (PS):

Acácio Manuel de Frias Barreiros.
Adérito Joaquim Ferro Pires.
Agostinho Marques Moleiro.
Aires Manuel Jacinto de Carvalho.
Alberto de Sousa Martins.
Albino Gonçalves da Costa.
António Alves Marques Júnior.
António Alves Martinho.
António Bento da Silva Galamba.
António de Almeida Santos.
António Fernandes da Silva Braga.
António Fernando Marques Ribeiro Reis.
António José Gavino Paixão.
António José Guimarães Fernandes Dias.
Arnaldo Augusto Homem Rebelo.
Artur Clemente Gomes de Sousa Lopes.
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho.
Artur Rodrigues Pereira dos Penedos.
Carlos Alberto Cardoso Rodrigues Beja.
Carlos Alberto Dias dos Santos.
Carlos Justino Luís Cordeiro.
Carlos Manuel Amândio.
Carlos Manuel Luís.
Cláudio Ramos Monteiro.
Domingos Fernandes Cordeiro.
Eduardo Ribeiro Pereira.
Elisa Maria Ramos Damião.
Eurico José Palheiros de Carvalho Figueiredo.
Fernando Alberto Pereira de Sousa.
Fernando Alberto Pereira Marques.
Fernando Antão de Oliveira Ramos.
Fernando Garcia dos Santos.
Fernando Manuel de Jesus.
Fernando Pereira Serrasqueiro.
Francisco Fernando Osório Gomes.
Francisco José Pereira de Assis Miranda.
Francisco José Pinto Camilo.
Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho.
Henrique José de Sousa Neto.
João Carlos da Costa Ferreira da Silva.
João Rui Gaspar de Almeida.
João Soares Palmeiro Novo.
Joaquim Moreira Raposo.
Joaquim Sebastião Sarmiento da Fonseca Almeida.
Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira.
Joel Maria da Silva Ferro.
Jorge Lacão Costa.
Jorge Manuel Damas Martins Rato.
Jorge Manuel Fernandes Valente.
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro.
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro.
José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão.
José Alberto Cardoso Marques.
José António Ribeiro Mendes.
José Carlos Correia Mota de Andrade.
José Carlos da Cruz Lavrador.
José Carlos das Dores Zorrinho.
José Carlos Lourenço Tavares Pereira.

José da Conceição Saraiva.
José de Matos Leitão.
José Ernesto Figueira dos Reis.
José Fernando Rabaça Barradas e Silva.
José Manuel de Medeiros Ferreira.
José Manuel Niza Antunes Mendes.
José Manuel Rosa do Egito.
José Manuel Santos de Magalhães.
José Pinto Simões.
Jovita de Fátima Romano Ladeira Matias.
Júlio Manuel de Castro Lopes Faria.
Laurentino José Monteiro Castro Dias.
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal.
Luís Filipe Nascimento Madeira.
Luís Pedro de Carvalho Martins.
Manuel Afonso da Silva Strecht Monteiro.
Manuel Alberto Barbosa de Oliveira.
Manuel Alegre de Melo Duarte.
Manuel António dos Santos.
Manuel Francisco dos Santos Valente.
Manuel Jorge Pedrosa Forte de Goes.
Manuel Martinho Pinheiro dos Santos Gonçalves.
Manuel Porfírio Varges.
Maria Amélia Macedo Antunes.
Maria Celeste Lopes da Silva Correia.
Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha.
Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira.
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro.
Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa.
Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta.
Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino.
Mário Manuel Videira Lopes.
Martim Afonso Pacheco Gracias.
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque.
Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura.
Nelson Madeira Baltazar.
Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes.
Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro.
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte.
Paulo Jorge dos Santos Neves.
Pedro Luís da Rocha Baptista.
Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge.
Raimundo Pedro Narciso.
Raúl d' Assunção Pimenta Rego.
Rita Maria Dias Pestana Cachuxo.
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz.
Rui do Nascimento Rabaça Vieira.
Rui Manuel dos Santos Namorado.
Rui Manuel Palácio Carrêreiro.
Sérgio Carlos Branco Barros e Silva.
Sérgio Paulo Mendes de Sousa Pinto.
Victor Brito de Moura.

Partido Social Democrata (PSD):

Adalberto Paulo da Fonseca Mendo.
Álvaro dos Santos Amaro.
Amândio Santa Cruz Domingues Basto Oliveira.
Antonino da Silva Antunes.
António Costa Rodrigues.
António Fernando da Cruz Oliveira.
António Joaquim Correia Vairinhos.
António Jorge de Figueiredo Lopes.
António Moreira Barbosa de Melo.
António Roleira Marinho.
António Soares Gomes.

Arménio dos Santos.
Bernardino Manuel de Vasconcelos.
Carlos Alberto Pinto.
Carlos Manuel de Sousa Encarnação.
Carlos Manuel Marta Gonçalves.
Carlos Miguel Maximiano de Almeida Coelho.
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco.
Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares.
Fernando José Antunes Gomes Pereira.
Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.
Fernando Pedro Peniche de Sousa Moutinho.
Fernando Santos Pereira.
Filomena Maria Beirão Mortágua Salgado Freitas Bordalo.
Francisco José Fernandes Martins.
Francisco Xavier Pablo da Silva Torres.
Gilberto Parca Madail.
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva.
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves.
Hugo José Teixeira Velosa.
João Álvaro Poças Santos.
João Bosco Soares Mota Amaral.
João Calvão da Silva.
João Carlos Barreiras Duarte.
João do Lago de Vasconcelos Mota.
João Eduardo Guimarães Moura de Sá.
Joaquim Fernando Nogueira.
Jorge Paulo de Seabra Roque da Cunha.
José Álvaro Machado Pacheco Pereira.
José Augusto Gama.
José Augusto Santos da Silva Marques.
José Bernardo Veloso Falcão e Cunha.
José de Almeida Cesário.
José Guilherme Reis Leite.
José Luís Campos Vieira de Castro.
José Macário Custódio Correia.
José Manuel Costa Pereira.
José Manuel Nunes Liberato.
José Mário de Lemos Damião.
José Mendes Bota.
Lucília Maria Samoreno Ferra.
Luís Filipe Menezes Lopes.
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes.
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes.
Manuel Acácio Martins Roque.
Manuel Alves de Oliveira.
Manuel Filipe Correia de Jesus.
Manuel Maria Moreira.
Maria do Céu Baptista Ramos.
Maria Eduarda de Almeida Azevedo.
Maria Fernanda Cardoso Correia da Mota Pinto.
Maria Luísa Lourenço Ferreira.
Maria Manuela Dias Ferreira Leite.
Mário da Silva Coutinho Albuquerque.
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva.
Pedro José da Vinha Rodrigues Costa.
Pedro Manuel Mamede Passos Coelho.
Rolando Lima Lalandia Gonçalves.
Rui Fernando da Silva Rio.
Sérgio André da Costa Vieira.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Bernardo Aranha da Gama Lobo Xavier.
Carlos Alberto Maia Neto.
Gonçalo Filipe Ribas Ribeiro da Costa.

Ismael António dos Santos Gomes Pimentel.
Jorge Alexandre Silva Ferreira.
Manuel Fernando da Silva Monteiro.
Manuel Maria Mendonça da Silva Carvalho.
Maria José Pinto da Cunha Avilez Nogueira Pinto.
Maria Manuela Guedes Outeiro Pereira Moniz.
Nuno Jorge Lopes Correia da Silva.
Paulo Sacadura Cabral Portas.
Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan.

Partido Comunista Português (PCP):

António Filipe Gaião Rodrigues.
António João Rodeia Machado.
Bernardino José Torrão Soares.
Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas.
João António Gonçalves do Amaral.
João Cerveira Corregedor da Fonseca.
José Fernando Araujo Calçada.
Lino António Marques de Carvalho.
Luís Manuel da Silva Viana de Sá.
Maria Luísa Raimundo Mesquita.
Maria Odete dos Santos.
Octávio Augusto Teixeira.
Ruben Luís Tristão de Carvalho e Silva.

Partido Ecologista Os Verdes (PEV):

Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia.
Isabel Maria de Almeida e Castro.

O Sr. Presidente: — A palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes, à Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a Heloísa Apolónia (Os Verdes): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados, Srs. Capitães de Abril: Das armas de guerra os capitães de Abril fizeram símbolos de paz.

Abril foi a alegria da madrugada de liberdade, o fim de 48 anos de ditadura que os portugueses viveram, mas que nunca legitimaram. Foi o riso aberto e sem preconceitos. Abril permitiu aos portugueses acreditar num Portugal onde os valores de liberdade, de democracia, de justiça social, de solidariedade seriam uma realidade.

Comemorar Abril passa por não deixar apagar a memória de um passado que representou uma das páginas mais cinzentas da história de Portugal, de censura, de perseguição e repressão política, de tortura, da guerra colonial, dela é fundamental retirar ensinamentos para o presente e para o futuro. Comemorar Abril é transmitir aos jovens, que nasceram e cresceram em liberdade, o quotidiano de outros que com ela sonhavam, e que no dia 25 de Abril de 1974 a conquistaram. Comemorar Abril é um acto diário de consolidação, de aprofundamento dos valores de liberdade, de democracia, de igualdade e de desenvolvimento.

Abril não pode parar de se construir e de se recriar! É a consciência e a convicção nestes valores que continua a agitar e a movimentar os portugueses, passados 22 anos. Por isso, não assistimos passivos e indignamo-nos, quando à voz da razão, na manifestação legítima dos nossos direitos e interesses, nos respondem com a violência e a força do bastão. Por isso não aceitamos sistemas de informação que atentam contra a privacidade dos cidadãos.

Negamos os actos que desvirtuam os ideais da liberdade. O espírito de Abril é de construção. É com este espírito que devemos continuar a intervir e a moldar a nossa sociedade: garantindo o direito à educação para todos nos seus diversos níveis, uma educação com qualidade, que contribua para a formação do cidadão criativo, crítico e participativo; garantindo um ambiente saudável, a utilização racional dos recursos naturais, um desenvolvimento ecologicamente equilibrado; garantindo o direito ao trabalho e ao bem estar social, à segurança no presente e no futuro; garantindo que todas as crianças conheçam o tempo de ser criança; garantindo que os idosos que fizeram este país, usufruam de lazer e bem-estar; garantindo que homens e mulheres em igualdade sejam parte activa de uma sociedade pluralista e participada; garantindo a humanização do nosso quotidiano, o respeito pela diversidade, pela multiculturalidade.

O espírito de Abril foi também de emancipação, a emergência de uma nova consciência, potencializou a mudança de mentalidades, uma nova relação entre os Homens e do Homem com a Natureza.

É neste sentido que nós, Verdes, que também somos frutos de Abril, nascemos da liberdade, é neste sentido que agimos e nos empenhamos, no contributo construtivo e inovador que pretendemos dar à sociedade portuguesa.

Só em liberdade é que se pode expandir esta consciência ecológica que se deve também a uma nova forma de estar na vida e é hoje uma das grandes riquezas da nossa sociedade e um contributo essencial para o desenvolvimento sustentável no nosso país.

O espírito de Abril foi naturalmente também de participação. De participação e de envolvimento das populações na construção de uma sociedade, que não se constrói à margem dos cidadãos, mas sempre com os cidadãos, com a sua capacidade de intervenção com a sua determinação de dizer basta, de exigir mudança. É preciso hoje, como ontem e amanhã, saber interpretar e corresponder ao desejo de mudança que a população reclama.

E não podíamos deixar passar este dia, sem trazer novamente a este Plenário, um 25 de Abril por haver. O drama de um povo que luta há anos pela sua autodeterminação, pela defesa dos direitos humanos, pela independência do seu país; que sofre a invasão de uma ditadura, que sofre a repressão política e humana. É preciso actuar firmemente por Timor-Leste livre e independente.

Também com Abril se criaram condições para uma nova relação de Portugal com os outros povos no mundo, em particular com os países de língua oficial portuguesa. É preciso intensificar relações de cooperação, na defesa de uma cultura que é rica nas suas diferenças e próxima na sua história.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Srs. Deputados, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Convidados, Capitães de Abril: A normal evolução e dinâmica da sociedade justifica o aperfeiçoamento da Constituição da República Portuguesa, hoje na ordem do dia. Uma Constituição da República democrática que em 1976, deu corpo e sentido ao regime que Abril conquistou e onde, no interesse do país e dos portugueses, e de nada mais, importa reforçar os direitos dos cidadãos e consagrar novos direitos exigidos pela dinâmica da sociedade — é no sentido da garantia de seus direitos que o Grupo Parlamentar de Os Verdes apresentou o seu projecto de revisão constitucional.

Uma Constituição democrática que importa fazer cumprir e dela fazer de facto lei fundamental, em todos os aspectos — da progressiva gratuidade de todos os graus de ensino, do direito a um ambiente sadio, até à regionalização. Este é, no ponto de vista dos ecologistas e do Partido Ecologista Os Verdes, um aspecto de grande importância, e por isso também demos um contributo com a apresentação de um projecto de lei. Uma regionalização que se reclama há 20 anos, entendida como um processo de descentralização política e administrativa que ao aproximar os centros de decisão dos cidadãos, favorece o aprofundamento da vida democrática, potencia um melhor aproveitamento dos recursos endógenos e cria as condições para uma melhor repartição e distribuição do rendimento nacional. É preciso regionalizar. Não se encontrem mais pretextos para não avançar com as regiões administrativas e consolide-se, na sua totalidade, o poder autárquico em Portugal, que ao nível dos municípios e freguesias foi consolidado com Abril.

Atravessamos, pois, uma oportunidade de dar um passo no aprofundamento da democracia portuguesa. Acreditamos nesse aprofundamento, nessa maturidade e, por isso, continuamos a sustentar a nossa convicção na vida quotidiana, interrogando-a, descobrindo-lhe novos valores. A nossa convicção é que este país tem de ser livre na sua totalidade, a cada passo, a cada dia, a convicção de tornar o 25 de Abril vivo e actuante, a convicção em acreditar e agir pela igualdade, pela fraternidade, pela solidariedade, pela justiça, pelo pluralismo, pela democracia.

Viva o 25 de Abril.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — A palavra à Sr.^a Deputada Lúisa Mesquita, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português.

A Sr.^a Lúisa Mesquita (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Sr.^o e Srs. Convidados, Sr.^o e Srs. Deputados: «Era uma vez um país/ Onde entre o mar e a guerra/ Vivia o mais infeliz dos povos à beira-terra.» «Mas há sempre uma candeia/ Dentro da própria desgraça/ Há sempre alguém que semeia/ Canções ao vento que passa.»

Aplausos do PCP, do PS, do PSD e de Os Verdes.

Disseram-no poetas, disseram-no vozes anónimas, cantaram-no homens e mulheres, repetimo-lo hoje e aqui, 22 anos depois dos jovens Capitães de Abril, conscientes da natureza do regime que oprimia e reprimia os portugueses e que simultaneamente prolongava uma guerra injusta, inútil e sem sentido, terem decidido em 25 de Abril de 1974 abrir as portas da Liberdade e da Democracia.

Voltava-se uma página escura e hedionda da história de todos nós. Uma página que não pode ser branqueada, não pode ser rasgada porque nela se inscreveu, não raras vezes com sangue, um regime ditatorial, fascista e colonialista. Uma página que é indispensável recordar para que o conhecimento de um passado de autoritarismo, de verdade única, de desrespeito pelo ser humano, de perseguições e prisões políticas, de ameaças permanentes, de repressão instituída, de aniquilamento da oposição, de censura, de medo, de obscurantismo e de isolamento internacional, constitua um acto de intervenção pedagógica perma-

nente, capaz de afastar, do tempo e do espaço do nosso quotidiano presente e futuro, hipotéticas ou manifestas pulsões saudosistas.

E «as portas que Abril abriu nunca mais ninguém as cerra».

No entanto, a liberdade pela qual tantos lutaram, sofreram e morreram não resolve, por si, todos os problemas sociais. Esse valor supremo que Abril trouxe das entranhas mais profundas do povo, fazendo-o irromper nas instituições, nas praças e nas ruas de um país, finalmente liberto das grilhetas, tem sido tão generoso que, em seu falso e abusivo nome, duros golpes têm sido desferidos sobre as conquistas de Abril, empobrecendo o património de transformações sociais que a revolução dos cravos consagrava.

A liberdade foi e é a proposta mais grandiosa que Abril depositou nas mãos dos homens e das mulheres do seu país. Por isso, intervir e lutar pela consolidação da jovem democracia e simultaneamente denunciar injustiças, desvios e abusos é um dever e um direito de quem permanece de corpo inteiro fiel a Abril. E é dessa intervenção e participação quotidianas, responsáveis e empenhadas de todos os seres livres que resulta o autêntico e verdadeiro regime democrático.

Isto significa também que a democracia não se esgota, nem se completa num tempo, mas se constrói na e pela pluralidade e diversidade de todos aqueles que, atentos, críticos e exigentes lhes acrescentam o tijolo ausente ou lhe retiram aquele outro, porque questionador do seu fortalecimento. E porque a democracia é um processo e não um produto, muito há ainda por fazer.

Comemoramos hoje a morte e a vida, o *terminus* e o princípio, mas somos ainda um País onde o mar acaba e a terra continua à espera. Os jovens que fomos na madrugada de Abril, somos os homens e as mulheres deste país que mudou, mantêm ainda, adiadas, muitas injustiças, muitas desigualdades, muitas ausências de oportunidade, muitas exclusões, geradoras de conflitos e violências que se desarquivam da memória dos homens quando a sociedade os avilta.

Estes 22 anos são a página da História que nos compete escrever e que os nossos filhos não irão rasgar, nem branquear. Os jovens de hoje, crianças de Abril, vivem em liberdade e democracia, obviamente quadros de referência distanciados e diferentes daqueles outros que contextualizaram, durante quase 50 anos, o quotidiano dos portugueses. Para os jovens de 1996 os valores que explicam a génese de Abril de 1974 são dados adquiridos e a sua repetência simplista, quando não praticada nas instituições, quando não vivida no dia-a-dia, ecoa como redundância sem sentido, nem valor.

Para consolidar Abril é imprescindível dar dele testemunho, fundamentalmente a todos aqueles que do tempo passado e recente não podem ter memória própria. Para comemorar Abril é imprescindível cumpri-lo da forma implícita e explícita. Para continuar Abril é preciso defender os valores conquistados e inviabilizar cúmplices atitudes de liquidação. É preciso saber ouvir anseios que se contaminam, cada vez mais, de inseguranças e angústias, alimentadas pelo espectro do desemprego, pelo emprego precário, pela ausência do salário, pelo receio da velhice, pela frustração da juventude, pelo medo de viver.

Para estar com Abril é preciso e urgente não ameaçar o futuro. É preciso e urgente encontrar soluções que façam da educação não só uma efémera paixão mas, fundamentalmente, um espaço de prazer e descoberta e não de

expectativas frustradas e de amanhã sem futuro; que garantam uma verdadeira saúde pública que não exclua precisamente aqueles que dela mais estão carenciados, que equacionem potencialidades, vontades, necessidades, recursos naturais e humanos capazes de assegurar a mobilização social e política de todos os portugueses, neste limiar do século XXI, sem exclusões sumárias, porque é viável, possível e urgente uma sociedade mais justa e mais digna.

E da generosidade que Abril nos trouxe ao inconformismo que saudavelmente nos acompanha, saibamos recusar cristalizações para que os valores da liberdade e da democracia constituam referências dominantes na solução dos problemas concretas. E porque da *praxis* diária emerge, indiscutivelmente, o pulsar dialéctico do ser e do estar, nós comemoramos hoje o presente enquanto futuro do que importante aconteceu no passado histórico e recente de Abril de 1974.

E é exactamente neste espaço da Assembleia da República, órgão legislador, fiscalizador e de debate político, algumas vezes hostilizado e desvalorizado nas suas formas de controlo democrático, que se colocam hoje importantes matérias de aprofundamento da democraticidade do sistema político. Também aqui é preciso continuar Abril, produzindo textos legislativos que garantam mais democracia e mais progresso, que visem sempre o aperfeiçoamento da Lei Fundamental do País, dos seus princípios basilares, dos seus valores intrínsecos e não a sua subversão. Também aqui é necessários defender quotidianamente os ideais democráticos da Revolução de Abril, enquadrando-os nos novos desafios que a viragem do século naturalmente sugere.

Aqui, cumprir Abril é defender a Constituição da República Portuguesa e todo o património de democracia política, social, económica e cultural que ela consagra, garantindo princípios e valores tão importantes como a pluralidade e a representação proporcional que nenhum processo de revisão pode questionar. Aqui, cumprir Abril, tantas vezes protelado, tantas vezes para calendas enviado, é também defender a democracia participativa, potenciando o desenvolvimento das regiões apostando na capacidade de intervenção dos municípios e das populações na procura da construção de novas entidades, capazes de assumir atribuições e competências fundamentais para a modernização de um país que se deseja mais descentralizado e mais desburocratizado. Aqui continuar Abril é avançar decididamente para a criação das regiões consagradas no texto constitucional há mais de 20 anos reforçando a democracia, o desenvolvimento, a solidariedade e a coesão nacionais.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: É indispensável comemorar Abril com transparência e coerência, nos caminhos do progresso e da justiça sociais, que permitam renovar a esperança de todos os portugueses e portuguesas, que acreditem na construção de um país mais justo e mais fraterno, onde o desenvolvimento individual se possa conciliar simultaneamente com elevados níveis de satisfação e solidariedade colectivas.

Viva o 25 de Abril!

Viva Portugal!

Aplausos do PCP, do PS e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — A palavra, para uma intervenção em nome do Grupo Parlamentar do CDS-PP, ao Sr. Deputado Gonçalo Ribeiro da Costa.

O Sr. Gonçalo Ribeiro da Costa (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro Ministro, Sr. Pre-

sidente do Supremo Tribunal Judicial, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Presidente do Supremo Tribunal Administrativo, Sr. Presidente do Tribunal de Contas, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Comemoramos hoje e aqui, o dia em que meia dúzia de homens, arriscando muito, arriscando mesmo quase tudo, devolveram aos portugueses a vontade e a alegria de recomeçar a andar pelos seus pés e de decidir qual o caminho a seguir e isso por sua conta e risco. Liberdade de acertar e de errar mas, acima de tudo — e é esse tudo que importa — liberdade.

Como deveríamos ter comemorado, no dia 1 de Dezembro e aqui, a manhã em que outra meia dúzia de homens, arriscando também muito, arriscando também mesmo quase tudo, igualmente devolveram aos portugueses um país e uma bandeira, uma realidade e um sonho, uma pátria e um destino. Destino glorioso ou obscuro ninguém sabe, porque é sempre demasiado cedo para saber mas e acima de tudo — e é esse tudo que importa — um destino. Como deveríamos estar a comemorar, no dia 10 de Junho e aqui, a saga de um povo que partiu à aventura e que um pouco por todo o mundo construiu o seu lar e o seu túmulo, naquela inconsciente grandeza de quem em todo o lado está em sua casa.

Sr. Presidente, das grandezas e também, das misérias do passado, recente ou longínquo, há que retirar as lições possíveis e avançar. E porque não chegámos, ainda, ao fim da história, temos muito caminho pela frente. E o caminho faz-se caminhando. Todos nós, os que aqui estamos, somos, ou teremos de ser, guardiões do passado, porque o passado é uma dimensão fundamental ao equilíbrio de uma Nação forte. Mas essencialmente somos, ou teremos de ser, construtores de futuro. Todos nós, os que aqui estamos e, pelo menos, enquanto aqui estivermos, compartilhamos a pesada responsabilidade de criar um presente, e de inventar um futuro para Portugal e para os portugueses. Todos nós, os que aqui estamos, temos toda uma juventude que espera de nós não as palavras que reconstruam um mundo que já foi, mas os gestos que criam um mundo que há-de vir.

E é assim que todos nós, os que aqui estamos, seremos julgados. E seremos julgados não pela nossa memória, mas pela nossa imaginação; Não pelas nossas intenções mas pelas nossas acções; Não pela nossa indignação, mas pela nossa fé; Não nos pedem lembranças; pedem-nos obras. Não nos pedem lamúrias, exigem-nos garra. Não nos pedem exorcismos, exigem-nos pão.

Não voltarei, por isso, a falar do passado. É, isso sim, do futuro que vos quero falar.

Sr. Presidente, não basta implantar um regime sobre os escombros de um regime apodrecido. Há, também, que zelar por esse regime e velar para que ele se possa manter vivo, salvaguardando as condições necessárias a uma verdadeira solidez. Caso contrário e isso mais cedo do que se possa pensar, é sobre os seus escombros — também apodrecidos — que um outro regime se virá a erguer.

Uma democracia que adormece, acorda ditadura. Uma democracia onde o poder começa a correr em circuito fechado está prestes a ser atacada pela gangrena. Uma democracia, onde se consolidam privilégios e ritos próprios a uma casta dominante, assume já os contornos de uma oligarquia. E arrasta, consigo, primeiro o alheamento, logo o desprezo e em breve a oposição activa de quase todos. Uma democracia que degenerou em oligarquia é um descampado de onde o povo há muito desertou, ter-

ra-de-ninguém aberta a todas as ambições, a todos os cálculos, a todas as aventuras.

Sr. Presidente, um sistema político é o aparelho circulatório de qualquer regime político. Há que manter permanente atenção aos seus pontos de bloqueio. E, quando se mostre necessário, é imperioso agir a tempo. O nosso sistema político está em crise. Uma dupla crise que se manifesta em numerosos pontos de bloqueio. Desde logo, a crise da representatividade organiza-se em torno de três bloqueios de base.

Em primeiro lugar, o bloqueio constitucional: a Constituição, demasiado datada, permite a uma minoria — apenas um terço dos deputados eleitos — impedir que a evolução da realidade política acompanhe as mutações sociológicas dos últimos anos.

Em segundo lugar, o bloqueio da representatividade, impedindo cidadãos independentes de concorrer a todas as eleições, com exclusão das presidenciais, o sistema eleitoral transfere demasiado poder das mãos dos cidadãos eleitores para as mãos dos directórios partidários. É a classe política, a última e verdadeira detentora do poder político, cada vez mais em regime de delegação permanente. Ganhe quem ganhar, ganham sempre todos: é a versão política do famoso cambão dos concursos de construção civil e obras públicas. Só que, aqui, o defraudado não é o dono da obra, mas o povo eleitor.

Em terceiro lugar, o bloqueio da soberania essencial. O código comercial obriga a que decisões cruciais para a vida das sociedades que por ele se regem, não possam ser tomadas pelo conselho de administração, mas obriguem a reunir a assembleia geral de accionistas. Como admitir que em matéria bem mais grave, em que se encontra em causa a vida já não de uma simples sociedade comercial, mas a de uma nação, a Constituição não exija que a decisão ultrapasse o conselho de administração — neste caso o Governo, — e tenha de ser tomada em assembleia geral extraordinária dos accionistas — neste caso o referendo pelo colégio de eleitores, esse, sim, detentor do poder essencial?

Em quarto lugar, o bloqueio institucional. Em vez de se erguer como uma árvore, o Estado espalha-se como erva daninha. Em vez de se erguer estruturado sobre as suas poucas mas essenciais funções, espalhou-se por tudo quanto são funções que de direito próprio e pelo mais elementar bom-senso, deveriam pertencer à sociedade civil. O Estado lembra hoje, mas pelas más razões, uma ilustração das mil e uma noites: um eunuco pesado, impotente e bronco. De útil a inútil, de inútil a prejudicial, eis um bom epitáfio para o Estado tal qual hoje o conhecemos.

A crise de confiança, essa, organiza-se em torno de uma infinidade de micro-bloqueios mas comungando todos de uma matriz comum: serviços péssimos que custam uma fortuna; um sistema de segurança pública que parece ter sido gizado, implementado e gerido por uma comissão de anarquistas fundamentalistas; um sistema judicial que teria derrotado a imaginação e o pessimismo de Kafka; um sistema penal que se diria nascido de um programa de ocupação de tempos livres na penitenciária de Coimbra; um sistema público de ensino em geometria variável concebido para a obtenção de um resultado invariável: ter como *input* uma criança adaptada de seis anos e, como *output*, um adulto inadaptado de 23 anos; um sistema público de saúde onde a única realidade garantida é a confusão geral: urgências que são permanências, calotes às farmácias, subutilização ou sobreutilização de equipamentos, hospitais velhos que não fecham, hospitais

novos que não abrem; um sistema público de segurança social que reúne consenso num único ponto, em relação aos utentes, o da sua estrutural insegurança.

É aliás, um sistema que cada vez mais parece ter um único objectivo: o da segurança — mas do emprego — de dezenas de milhar de funcionários.

E ainda uma administração pública que se entretém a organizar provas de *rallye-paper* para cidadãos indefesos; umas forças armadas sobredimensionadas em recursos humanos, subdimensionadas em recursos logísticos e globalmente desadaptadas às novas realidades geoestratégicas; um sistema fiscal desequilibrado na sua estrutura, espoliador nos seus objectivos e parcial na selecção desses objectivos. E tantas e tantas ineficiências e insuficiências pelas quais ninguém se responsabiliza ou, sequer, pensa seriamente em corrigir, vão destruindo, de forma lenta, surda, mas implacável e segura, a confiança do povo num regime que prometeu bem mais do que devia e cumpriu muito menos do que aquilo que podia.

É desse fosso que separa o País prometido do país cumprido que poderão nascer todos os perigos. A todos nós, os que aqui estamos, cabe a responsabilidade de o fechar. De pouco vale comemorar a data do nascimento de um regime se, no dia a dia, o deixamos indefeso e entregue a si próprio.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. Presidente: — A palavra, para uma intervenção em representação do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, ao Sr. Deputado pacheco Pereira.

O Sr. Pacheco Pereira (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} Deputadas, Srs. Deputados: A comemoração do 25 de Abril é hoje um acto inscrito nos deveres cívicos da nossa sociedade e das suas instituições. Para muitos portugueses, — entre os quais me encontro —, foi o dia que mais mudou as suas vidas, e essa lembrança marcará as gerações que lhe foram coevas.

Para todos os Portugueses, foi um dia que alterou o sentido da sua história, permitiu-lhes serem senhores de si próprios, do seu destino, do que querem e do que não querem. Devolveu a liberdade e com ela a responsabilidade e a autoridade, de sermos nós mesmos. Se há na história portuguesa revolução, o 25 de Abril foi uma verdadeira revolução. Exactamente por ter sido uma revolução que permitiu a democracia política em Portugal, é que o 25 de Abril não tem dono, ou se o tem, é Portugal e os Portugueses.

Aplausos do PSD e do PS.

Todos aqueles que o quiseram com dono, ou que se comportem como se fossem seus donos, seus herdeiros, ou seus legítimos intérpretes, referem-se a um outro «25 de Abril», a um «25 de Abril» que dividiu os Portugueses no passado e os dividiria no presente. Foi exactamente porque não quisemos tornar programática a nossa democracia ou adjectivável o nosso regime, que os acontecimentos do pós-25 de Abril foram no sentido da democracia política, ou dito de outro modo, da vontade soberana dos portugueses. A democracia é um regime político que não contém em si mesmo um projecto, um sentido, uma direcção pré-definida, um programa. Não é conservadora

nem revolucionária, nem popular, nem elitista, nem social, nem liberal, nem socialista, nem «avançada». É democracia ou não é. O que é essencial na democracia são os procedimentos, logo as regras do exercício da soberania popular e do direito, e, se se quiser, a sua vivência. É um regime político que ou é de todos os dias, exercido na prática dos cidadãos, de governantes e governados, ou perde sentido e estiola.

Na democracia portuguesa, a alternância verificou-se, não como regra abstracta de obrigação, mas pela vontade popular, mostrando a plenitude e maturidade da nossa democracia. Maturidade que sempre afirmamos, mesmo quando outros tratavam a nossa democracia como menor ou diminuída pela circunstância de haver uma maioria de governo. É exactamente porque, mesmo tendo sido em desfavor do nosso partido, nos congratulamos com o funcionamento normal do regime democrático na sua regra da alternância, que nos preocupamos agora com os crescentes sinais de risco para a saúde da nossa democracia, daquilo que são sucessivos actos de uma governação sem norte, já demasiado cansada apesar de ser recente.

Numa antiga e conhecida pintura existente no Palácio Público em Siena, está representado, numa sala de reuniões para que os governantes da cidade a vissem todos os dias, um tema dominante na civilização ocidental a que pertencemos: o enorme fresco representa de um lado o «bom governo», do outro, o «mau governo». De um lado a vida pacífica e estável de um mundo onde se constrói e onde se colhe, onde há justiça e tolerância; do outro, sob a égide do Demónio, os campos estão abandonados, as casas em ruínas, e a turbulência reina na agitação das ruas e dos corpos (o Demónio explica-se porque estamos no século XIV).

Risos do PSD.

Temos pois que trazer de novo aqui a mesma pintura, talvez pintá-la aqui ao lado nalguma parede que esteja livre porque o «mau governo», se não nega a democracia, corrompe-lhe a base de sustentação popular, agrava a distância entre governantes e governados e, se se quiser, para fazer jus ao dia e à sua comemoração, um «mau governo» é contra o 25 de Abril.

Mas, se somos críticos da governação corrente, sómo-lo ainda mais no terreno que devia ser intocado das questões institucionais e de regime e em particular na relação entre questões de fundo do nosso regime democrático, como seja a revisão constitucional e o processo de regionalização.

E aqui o caminho que se está a seguir é muito perigoso.

Na verdade, se há matéria na vida política portuguesa que mais justifique a consulta popular é a regionalização.

Aplausos do PSD.

Pode-se sobre outras questões discutir da oportunidade ou legitimidade de usar o referendo. Mas para a regionalização não só não há nenhuma razão para que não seja referendada, como há uma clara adequação entre a decisão política a tomar e a consulta popular.

Ora, o referendo exige previamente a revisão constitucional, e a revisão exige um entendimento institucional entre partidos. Não temos nenhum problema em colaborar com outro ou com outros partidos numa revisão constitucional que abra com celeridade o caminho ao referendo nacional sobre a regionalização e permita, se essa for a vontade dos portugueses, regionalizar. Mas não podemos

aceitar em circunstância alguma que no início de um processo de revisão constitucional se lhe retire todo o seu sentido útil.

Ao proceder-se assim, aliás à revelia das contínuas proclamações de «diálogo», deixa-se em aberto a suspeita de que se tem pequena confiança na popularidade das suas soluções ou então de que se pretende ter as mãos livres para escolher um modelo de regionalização que melhor convém a um partido político, aos seus equilíbrios internos, aos lugares que se pretendem distribuir e aos candidatos putativos à presidência das regiões.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: O 25 de Abril não é para nós a ocasião de proclamações retóricas — e por isso mesmo distantes e distanciadas — sobre a liberdade e a democracia. Nem é uma espécie de cerimónia religiosa feita por civis cheia de «pompas solenes». É o exercício pela própria vivência democrática, na verificação pela controvérsia das posições das nossas preocupações correntes. E por isso não podemos deixar de aqui manifestar a nossa preocupação pelos caminhos do presente e do futuro.

E se houver insistência nesta corrida cega para o abismo, haverá quem seja responsável pelo surto de conflitos que inevitavelmente surgirá na sociedade portuguesa. É que estes conflitos só podem ser evitados ou minimizados se ao processo de regionalização for reconhecida uma legitimidade reforçada que virá da consulta popular em todas as suas fases.

Aplausos do PSD.

Sr. Presidente da República, em nome da função suprapartidária que exerce e da obrigação de, sendo primeiro entre os pares, cuidar da paz e da estabilidade entre os portugueses, não deixe de dar sobre esta matéria uma palavra de moderação sobre as consequências previsíveis da intransigência na questão da regionalização.

Aplausos do PSD.

E, se tal for necessário, não deixe de fazer um aviso público aos Portugueses, claro e inequívoco, dos riscos de um exercício solitário, teimoso e, no fundo, obscuro nos métodos e nas intenções, de quem quer caminhar por um caminho que não conhece, a toda a velocidade, sem consultar os Portugueses.

Recorde-se, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que fizemos idêntico alerta sobre as consequências instabilizadoras da amnistia aos crimes de terrorismo. Não nos quisermos ouvir e aconteceu o que se sabe. Nenhum problema foi resolvido e regressou o clima de ameaças e intimidações.

Não gostaríamos de também aqui ter razão.

Aplausos do PSD.

Protestos de Deputados do PS, batendo com as mãos nas bancadas.

O Sr. Presidente: — Segue-se no uso da palavra, em representação do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Manuel Alegre.

O Sr. Manuel Alegre (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal

Constitucional, Sr.as e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Sendo esta a primeira sessão comemorativa do 25 de Abril, em que, na qualidade de Chefe de Estado, participa o Presidente Jorge Sampaio, quero começar por saudá-lo, como companheiro de geração e democrata de sempre, que «já era de Abril antes de Abril o ser» e que, tal como Mário Soares, e ao contrário dos vaticínios negros que aqui foram feitos, será garantia de que esta democracia nem apodrecerá nem dará lugar a uma nova ditadura.

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de Os Verdes.

«Liberdade feita dia» — assim chamou Eduardo Lourenço ao dia da liberdade. Vinte e dois anos depois, o 25 de Abril tornou-se, por assim dizer, o dia a dia. É a liberdade de cada dia. Mesmo para aqueles que não sabem o que foi o 25 de Abril. Ou para aqueles que não gostam dele e o caluniam. Ou para os que, sem o pôr frontalmente em causa, tudo fazem para que pouco a pouco seja esquecido, minimizado ou deturpado.

Por isso, todos aqueles que fazem de conta que hoje é um dia como os outros estão, sem o saber, a comemorar o 25 de Abril. Todos aqueles que hoje disserem mal da revolução dos cravos estão, sem querer, a prestar uma homenagem ao 25 de Abril. Porque foi o 25 de Abril que restituiu a todos os portugueses, mesmo àqueles que são contra ele, o direito de viver sem medo, de falar sem medo e, sobretudo, a liberdade de discordar sem medo.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Isso, goste-se ou não, deve-se aos capitães de Abril, a quem quero agradecer e saudar fraternalmente.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes e do Deputado do PSD Mota Amaral, de pé.

E mesmo que o imaginário abrilista não esteja na moda, mesmo que os valores dominantes não sejam propriamente os da revolução de Abril, mesmo aí se manifesta a sua superioridade. Porque sendo uma revolução vencedora, não substituiu uma propaganda por outra propaganda, nem uma cultura oficial por outra cultura oficial, nem uma mitologia por outra mitologia.

Outros regimes criaram os seus monumentos, os seus mitos, os seus símbolos. A revolução liberal, a revolução republicana, o Estado Novo, a quem ninguém me ouvirá chamar regime anterior, porque foi, como se sabe, uma ditadura de tipo fascista,...

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

... copiada do modelo mussoliniano, simpatizante do regime nazi, com muitas taras e tiques próprios desses regimes totalitários, desde a polícia política e do campo de concentração do Tarrafal à própria saudação fascista, que, quando entrei na escola, era obrigatória.

Aplausos do PS, do PCP e dos Verdes.

O 25 de Abril, apesar de ser a matriz fundadora do regime democrático, não só não construiu a sua própria mitologia, como ao sol da sua liberdade tem sido possível falsear a História, branquear o passado e promover, contra a cultura da memória, a cultura do esquecimento.

Mas mesmo aí, até mesmo quando parece que está a perder, é o 25 de Abril que está a tornar-se vencedor.

Porque havia em Portugal um pensamento único — e hoje não. Havia o dogma — e hoje não. Havia um sistema construído para impor uma visão única, uma verdade única ou, se preferirem, uma mentira institucionalizada — e hoje não. Hoje não é possível.

Por isso, mesmo que por vezes pareça que os velhos fantasmas estão a renascer, mesmo que por vezes se consiga falsificar a História, mesmo que por vezes se tenha chegado ao ponto de ofender um herói do 25 de Abril, é sempre possível repor a verdade e é sempre possível reparar a injustiça, como fez o Governo ao conceder à viúva de Salgueiro Maia a pensão vitalícia, que lhe tinha sido recusada e atribuída a dois agentes da PIDE.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Antes do 25 de Abril não se podia discutir. Agora pode. Antes do 25 de Abril não se podia responder à mentira. Agora pode. Essa é a força do 25 de Abril. Essa é a diferença do 25 de Abril. Essa é a superioridade moral do 25 de Abril. E por isso essa é a vitória do 25 de Abril, mesmo quando momentaneamente parece que está a ser derrotado. Não está. Porque o 25 de Abril é liberdade. Liberdade de dele próprio discordar. Mas também liberdade de o celebrar e afirmar sem inibições nem complexos. E também sem sectarismos nem apropriações abusivas.

Porque se o 25 de Abril é incompatível com um pensamento único, também o é com qualquer tentativa de privatização ou apropriação exclusivista. É inútil reescrever a História ao sabor das conveniências tácticas do momento ou de meras jogadas politiquieiras. O PS não entra nesse jogo. Por uma questão de princípio. Porque não precisa. E porque nas horas decisivas, com Mário Soares à frente, esteve sempre onde era preciso estar.

Aplausos do PS.

Por isso, mais do que com as nossas cores partidárias, celebramos este dia com cravos vermelhos e com as cores de Portugal, que também gostaríamos de ver juntas aqui nesta tribuna.

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Não se pode exigir que as novas gerações vivam o 25 de Abril como aqueles que sofreram a ditadura e a ela se opuseram. Para os que nasceram depois, o 25 de Abril já faz, de certo modo, parte deles, é quase como ar que respiram. Talvez não sintam a necessidade de o comemorar como as mulheres e os homens da minha geração, para quem o 25 de Abril continua a ser e será sempre o dia mais belo das nossas vidas.

Aplausos do PS.

Mas passados 22 anos, é tempo de o 25 de Abril deixar de ser uma revolução envergonhada da sua própria vitória. É tempo de os abrilistas responderem sem complexos aos revisionistas da História e aos detractores de Abril.

É sobretudo necessário tirar o 25 de Abril de uma espécie de clandestinidade a que durante um certo tempo foi constrangido.

É também por aí que passa a reabilitação da política e a reconstrução da esperança.

Claro que os tempos são outros e outros os valores. Caiu o muro, ruíram os modelos, anunciou-se o fim da História, substituiu-se a teologia da revolução pela teo-

logia do mercado. A poesia já não está nas ruas, como nesse tempo, em que, como costuma também dizer Sophia de Mello Breyner, «as pessoas não se empurravam umas às outras».

Este é um tempo de empurrão. No sentido literal e em sentido metafórico. O dom de si, que alguns, como Che Guevara, levaram ao extremo, deu lugar à competição feroz. Fala-se muito de solidariedade. Mas nas ruas, nos locais de trabalho, nas escolas, na política, no jornalismo, na vida, anda quase toda a gente a empurrar toda a gente.

Essa é que é talvez a maior derrota do 25 de Abril, que não foi só uma festa de liberdade, foi também uma promessa de fraternidade.

Por isso, não numa perspectiva passadista, mas com os olhos postos no futuro, seria importante recuperar e reinventar um pouco do espírito dessa revolução precursora e pioneira.

Revolução precursora, porque como gostava de dizer Francisco Salgado Zenha, «foi o primeiro de um conjunto de factos políticos que anunciaram uma nova era».

Revolução pioneira, porque apesar de todos os desvios e tentações, mostrou ao mundo que era possível passar de uma ditadura para a democracia sem cair numa nova ditadura. Foi essa experiência triunfante que abriu caminho às transições democráticas na Espanha e na Grécia, no Brasil e em outros países da América Latina. E mais tarde serviu ainda de exemplo e inspiração a países africanos e do leste europeu.

O 25 de Abril tornou Portugal muito maior do que o seu pequeno espaço físico. Libertou o povo português, permitiu o nascimento de novas pátrias de língua oficial portuguesa, tornou-se centro de atenção, de estudo e reflexão sobre o processo de transição para a democracia. Ao contrário do que afirmam os seus adversários, o 25 de Abril não diminuiu Portugal; acrescentou Portugal. Acrescentou Portugal da sua liberdade e da sua dignidade. Acrescentou Portugal da emergência de novas nações com as quais se estabeleceram novos laços de cooperação e fraternidade.

Essa dimensão universalista não pode ser esquecida. E por isso não podemos aceitar que Portugal volte a ser aquele «país quietinho», de que falava Teixeira de Pascoaes. E por isso é preciso recuperar um certo espírito do 25 de Abril, que não foi só precursor e pioneiro do que aconteceu mas do que ainda não aconteceu. Não no sentido de voltar às utopias irrealizáveis, embora eu pense, como um grande revolucionário que conheci, que, às vezes, «devemos ser realistas, isto é, exigir o impossível». Mas o que ainda não aconteceu foi ousar o possível. E ousar o possível é não aceitar, sob o pretexto da chamada mundialização, uma ordem económica única, um pensamento único, um sentido único.

Porque isso é também uma forma de colonialismo e totalitarismo. O colonialismo imposto pela lógica do mais forte. Segundo Edward Goldsmith, fundador da revista *The Ecologist*, «este novo colonialismo das empresas multinacionais corre o risco de tornar-se o mais impudico e brutal que jamais se viu».

Mas há também o risco de que a divinização do mercado se substitua à absolutização e totalitarismo da burocracia do Estado. Há hoje «zonas gigantes à escala do planeta de planificação privada, centralizada e burocrática no seio de uma economia dita de mercado».

O sistema soviético criou o Goulag político, o ultraliberalismo está a criar um Goulag económico. São várias as vias para o Big Brother.

Aplausos do PS.

A crise actual, resultado da falência de um sistema e da crise estrutural de outro, exige uma nova lógica na economia, outra dimensão na política, outra perspectiva global que tenha o homem como razão de ser.

Ousar o possível é ousar esse novo humanismo.

Ousar o possível é fazer ouvir a nossa voz, como ultimamente, por intermédio do Primeiro-Ministro e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, tem acontecido, para que a uma visão monetarista se contraponha a perspectiva de uma Europa mais social, mais democrática e mais participada. Como disseram cidadãos franceses nas ruas de Paris, «o que está em causa é um modelo de civilização». É saber se caminhamos para uma Europa humanista ou para uma Europa ultra-financeira, por cima dos direitos sociais que são conquistas da civilização.

Ousar o possível é não esquecer o outro lado de nós mesmos: o Brasil, a África, Timor, a parte do mundo que fala português e as comunidades espalhadas pelo globo. Por isso me congratulo com as novas iniciativas e uma nova atitude relativamente a Timor e felicito o Primeiro-Ministro pela viragem que significa o sucesso da sua viagem ao Brasil. É uma forma concreta de retomar o espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PS.

Outros são os tempos. Nestes últimos anos a revolução tecnológica abriu novos horizontes. E o sistema económico dominante modificou a tradicional unidade entre o trabalhador e o local de trabalho, a relação do homem com a cidade, as próprias relações de família e das pessoas entre si. Culturas, costumes, tradições, laços foram destruídos. Outros o serão, se entretanto a lógica dominante não for invertida. Ora isso é o que ainda não aconteceu. E é o que inevitavelmente terá de acontecer, sob pena de o desemprego estrutural, a exclusão e a acumulação das tensões poder conduzir a situações explosivas, de saída imprevisível.

A renovação e o aperfeiçoamento do regime democrático exigem reformas. Nessa perspectiva, o PS está aberto a um diálogo sério com todas as forças políticas. Sem chantagens, nem ultimatos, nem a desvalorização da democracia representativa que sempre defendemos. As eleições legislativas não são eleições de segunda.

Aplausos do PS.

Mas a crise da chamada «melancolia democrática», trazida pela indiferença e a descrença perante a política, não se resolverá apenas com reformas institucionais e eleitorais, por muito necessárias que sejam. Só se resolverá voltando a dar à política uma dimensão humanista e uma perspectiva de transformação do mundo e da sociedade em que vivemos.

Era esse o projecto do 25 de Abril. E por isso digo que ele foi precursor não só do que aconteceu mas do que ainda não aconteceu.

Por isso, aqui e na Europa, os socialistas têm a pesada responsabilidade de dar uma nova resposta, à escala do continente, aos gravíssimos problemas sociais que são fruto da colonização da Europa pelo ultraliberalismo. Aqui e na Europa é pela esquerda que tem de se dar corpo à esperança e de voltar a fazer da política, não apenas a gestão do que está, mas um instrumento de mudança e transformação da sociedade e da vida.

Por muito difícil que seja. Por muito estreita que seja a margem de decisão. Por muito pequeno que seja o nosso país em relação aos grandes do mundo.

O que o 25 de Abril nos ensinou é que há uma outra dimensão das coisas. E que a alma de um país pode ser maior que o seu tamanho. Eu sei que António Guterres sabe isso. E sei que lutará para que assim seja.

Porque é esse o tamanho que precisamos de voltar a ter: o tamanho, como dizia Natália Correia, da nossa «alma transportuguesa».

Que é, ao fim e ao cabo, o tamanho e o espírito do 25 de Abril.

Aplausos do PS, de pé, do PCP e de Os Verdes.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Srs. Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional, Srs. Deputados, Srs. Representantes Diplomáticos, Excelências, Sr. Representante de Sua Eminência o Cardeal Patriarca, Exm.^{as} Autoridades Cívicas e Militares, Sr.as e Srs. Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: — Quero, antes de mais, agradecer a vossa presença e o significado dela nesta cerimónia comemorativa do 25 de Abril de 1974.

Um agradecimento especial é devido aos «capitães de Abril», aqui presentes e representados, que, por amor à liberdade, aceitaram o risco da própria vida para libertarem Portugal.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Particularmente significativa é a presença neste acto do Presidente da República. Não só porque, no simbolismo que nisso há, é a República toda ela que se junta à miniatura da Nação que nesta Casa somos, no momento de concelebrar uma das datas mais marcantes da nossa história colectiva.

Mas também porque Vossa Excelência foi um «cidadão de Abril», antes e depois de Abril. Esteve entre os protagonistas da flagelação cívica continuada que foi empurrando o anterior regime, naturalmente fascista, do meu caro Manuel Alegre, para o declínio final. E também entre os que, após Abril, por entre esperanças e decepções, ajudaram a estruturar o Regime Democrático e o Estado de Direito de que hoje, justificadamente, nos orgulhamos. Vejo daqui, muitos outros, a todos quero referir e simbolizar num agradecimento, que é devido, ao grande campeão da democracia, Mário Soares.

Aplausos do PS.

Se com toda a justificação incluímos nos dias fastos da nossa memória aquele em que Portugal se autonomizou como Estado-Nação, ou aquele em que de novo se libertou da dominação de um outro Estado, a igual título devemos celebrar o dia em que os portugueses se emanciparam de uma ditadura odiosa e opressiva.

Porque não existe memória do sofrimento alheio, e não podemos pressupô-la nos que nasceram ou atingiram a plena cidadania num Portugal já livre, é profiláctico lembrar «o que foi esse holocausto civil de todo um Povo abafado na sua espontaneidade, embrutecido no seu pensamento, amolecido na sua vontade, silenciado na sua voz, acovardado na sua coragem pela mais longa ditadura da Europa dos Direitos do Homem».

Os poderes do Estado concentrados num só homem; o voto reduzido a uma farsa; a justiça convertida numa co-

média; a segurança traduzida num terror; a intimidade desfeita numa devassa; a consciência ultrajada numa tutela; a informação expressa num *diktat*; as colónias incendiadas numa guerra; as relações exteriores balizadas num cerco; o cidadão atolado num pântano.

É profiláctico lembrar. Lembrar que vivemos com um esbirro em cada esquina; um ouvido em cada telefone; um pé de cabra em cada porta; uma espreitadela pidesca em cada carta; um expurgo em cada intimidade; um *cassetête* em cada grito; um mandato de captura em cada capricho; uma ordem de morrer em cada jovem; uma injustiça em cada salário; uma violação em cada consciência».

Aplausos do PS, do PCP e de Os Verdes.

Acabo de ler passos da caracterização do anterior regime — naturalmente fascista, Manuel Alegre —, que aqui fiz na cerimónia comemorativa do sexto aniversário do 25 de Abril. Nada tenho a corrigir nesta comemoração do vigésimo segundo. O tempo só apaga a memória do que se não sofreu.

Mas assinalo uma diferença: se nesse então a indignação era mais próxima, a compensação da liberdade reconquistada era seguramente mais débil. Viriam a fortalecer a revisões da Constituição de Abril que estruturaram a Democracia Aberta e Plural e o Estado de Direito que agora somos. Viria a subordinação do poder militar ao poder civil. Viria a adesão de Portugal às Comunidades Europeias e a comunhão com outros no projecto de criação de um Mercado Único Europeu, logo complementado pelo projecto, agora *in itinere*, de uma União Europeia.

Éramos um percurso, somos um ponto de chegada. Éramos um país recém amputado da sua extensão ultramarina e ainda não compensado pela sua integração europeia.

Somos, então, enquanto País, uma reestruturação feita, e enquanto regime, uma revolução acabada?

A resposta é não!

A insatisfação é própria dos homens, logo dos povos. Para além disso, ocorre que o projecto europeu é um desafio indefinidamente renovado, e que a revolução de Abril, enquanto ideia, isto é, enquanto projecto e regime, está em grande medida por fazer.

Esgotámos um desígnio, temos agora outro: o de, integrados na Europa dos cidadãos europeus, iniciarmos uma nova etapa civilizacional, escalão porventura intermédio entre um universo de Nações organizadas em Estados, e outro tendencialmente unificado, com cada vez mais numerosos centros de poder de jurisdição universal.

Na sequência de inovações tecnológicas que mudaram o mundo, envelheceu a convicção de que já tinham sido inventadas todas as ideias capazes de promover a felicidade dos homens.

Sabemos hoje que temos de reinventá-las. De repente, tudo está de novo em causa: os equilíbrios demográficos e ecológicos, o Estado, a representação política, a cidadania, os sistemas jurídicos, os modelos de desenvolvimento e de segurança social, os valores, entre eles a própria liberdade.

Daí que não existam mais as revoluções já feitas. Do futuro não se trata de ser as revoluções que se vão fazendo. Já por diversas vezes tive a oportunidade de chamar a atenção para sintomas de rebelião social que estão aí, entre nós como nas demais democracias, a exigir formas crescentes de participação cívica, política e de correcção da democracia representativa através de experiências de de-

mocracia directa, e a exigí-las de forma cada vez mais impositiva, desrespeitosa e até brigona.

Estamos lembrados da luxúria libertária com que vivemos a embriaguez de sermos livres após meio século de mal disfarçado cativo. Corrigidos os naturais excessos, nem por isso ficámos imunes à tentação das recaídas.

É bom que aproveitemos a memória das coisas e a comemoração do que de bom houve nelas para colocarmos a nós mesmos a questão de saber se temos conseguido difundir e defender as liberdades conquistadas, inclusive salvaguardando-as dos riscos inerentes ao seu próprio exercício.

As respostas que encontro não me satisfazem. Se, por um lado, temos consentido numa talvez perigosa exautorção do Estado, concretizada na emergência de poderes difusos de difícil enquadramento democrático, e de incontrollados poderes de facto, por outro, continuamos a tolerar, aparentemente resignados, manchas de discriminação, de ignorância e de pobreza impeditivas do normal acesso às liberdades mais irrecusáveis.

Está, de facto, por fazer o 25 de Abril dos marginalizados, dos excluídos e dos injustiçados. Teremos direito ao conforto de considerar livre — como cidadão ou como ser humano — o que desconhece o sentido dos direitos que formalmente tem, ou o que, em estado de necessidade, alimentar ou qualquer outra, não pode resistir à tentação de aceder ao que lhe falta, deixando manipular a sua vontade?

Estamos assim a celebrar uma obra inacabada. E eu não sei o que mais mal pode fazer às instituições democráticas: se uma liberdade que coabite com formas de injustiça social que impeçam o acesso a ela, a gerar rebelião cívica; se uma liberdade tão da fronteira da anarquia que corra o risco de concitar de novo os demónios do autoritarismo.

É um dado histórico que os cidadãos que mais convictamente defendem o indivíduo e a sua liberdade, contra o Estado e os seus constrangimentos, podem ser os mesmos que, ao sentirem-se inseguros, com igual convicção clamam por ordem e aceitam a tutela de um ditador que lhe prometa.

Já se disse que, em situações de crise de autoridade, «é a liberdade que oprime e a lei que liberta».

Que fazer, então? Creio eu que abrir o sistema à participação política dos cidadãos até antes da fronteira-limite da necessária salvaguarda da autoridade do Estado. Até que a participação torne dispensável a revolta. Incutir em cada cidadão um sentido de liberdade responsável que implique a aceitação voluntária de constrangimentos cívicos, e até de sofrimento, em nome da dignidade e da felicidade de todos; convencer os que, disso conscientes ou não, voltam a dizer do Estado — e cada vez mais dizem do Estado — o que estultamente disseram todos os arautos da sua dispensa; convencê-los de que a liberdade total não existe, e que a liberdade fácil é, ela também, do reino da utopia; e sobretudo combater a cultura de anti-poder que parece assenhorear-se do cidadão, subitamente convicto de que pode ser, ou voltar a ser, uma autarquia individual.

Apesar de tudo, é consolador que possamos enfrentar as angústias do presente, e fazer as “revoluções” do futuro, integrados num espaço comunitário que a si mesmo se integra, se auto-defende, e progressivamente se federa.

Sei que esta afirmação é polémica. Para vos ser franco, não usa seduzir-me a comodidade das afirmações que o não são. Não cuido agora de saber se é bom ou mau, para a República, que a Europa se federe. Não posso é

desconhecer a larga medida em que se federou já. A cidadania europeia; o Parlamento Europeu, eleito e representativo dos cidadãos eleitores de todo o espaço comunitário; um Commissariado não representativo dos Estados-membros; decisões por simples maioria em número crescente; o primado das normas jurídicas da União Europeia sobre os normativos nacionais; políticas já comuns e a expectativa de outras; a previsão de um sistema de segurança comum; a convenção de um sistema monetário integrado e de uma moeda única. Iludamo-nos, se isso nos conforta. Mas não neguemos que a terra se move.

De resto, um pouco de familiaridade com a evolução das coisas, convence-nos de que o espírito federador que parece presidir aos destinos da Europa, tende a assenhoar-se do futuro do Mundo.

Nem tudo, nisso, serão rosas. Não tenho a menor dúvida a esse respeito. Não o serão, sobretudo, para um país de que só a História é grande, e mal preparado para a era da livre competição de todos com todos. Mas mais dolorosos seriam os espinhos se, tudo tendo em qualquer caso de ser assim, tivéssemos de enfrentar o futuro desenquadrados do espaço geográfico, civilizacional e político em que nos integramos.

Por graça de Abril, passámos de orgulhosamente sós a solidariamente acompanhados.

No dia de hoje, é justo que nos lembremos de que este mesmo conforto só foi possível porque aconteceu Abril.

Uma das artes que cultivamos com esmero é a de cuidar do acessório, descuidando por vezes o principal. Depois de termos arredondado o Mundo, descansámos. Ensarilhámos as armas do nosso estrutural universalismo e demos em preocupar-nos com coisas mais miúdas. O nosso empenhamento na construção da União Europeia foi talvez o primeiro regresso a um sentido de grandeza.

Temos, no torno, mais uma revisão da Constituição. Verifico, com satisfação, que vai marcar presença nela a preocupação de ultrapassar inveteradas rotinas. Acontece isso, nomeadamente, com aflorações de medidas de abertura à participação cívica dos cidadãos e a formas arrojadas de descentralização e partilha do poder. Medidas que, precisamente, dispensam a rebelião cívica difusa que tende à conquista das correspondentes prerrogativas.

Saúdo o espírito prospectivo que as anima. E exorto os arquitectos do futuro a seguirem por aí, libertando-se de fantasmas de pensamento, de comportamento e de espírito. Sempre sem esquecer, como decorre, a outra vertente dos novos pontos de equilíbrio político-social: a salvaguarda da autoridade necessária para que a liberdade não corra o risco de matar a liberdade. Após Abril, em plena fase de improvisação jurídico-constitucional, e de experimentalismo anarco-populista, estivemos à beira de nisso consentir. Foram tempos terrivelmente difíceis. Que as dificuldades então experimentadas e ultrapassadas sirvam de estágio para enfrentar as de agora, e sobretudo as que, reforçadas, nos reserva o futuro.

Tudo isto para significar que, para mim, o principal é uma boa revisão da Constituição que, salvaguardando o essencial do mais puro espírito de Abril, o compagine com as exigências indeclináveis de um Mundo novo e diferente como é o de hoje e será o de amanhã.

Em face disso, tudo o mais parece acessório. Mesmo quando, a outro nível, pode parecer principal. Uma revisão que actualize Abril — ou seja a Liberdade, a Justiça Social, a Democracia e o Estado de Direito — há-de ter, entre outros méritos, o de salvaguardar o respeito devido à própria Constituição, antes e depois de revista. Antes

porque ainda o não foi. Depois por tê-lo sido, reaproximando-se do novo ponto em que se situa a vida.

O que não podemos é dispensar-nos de cumpri-la porque ainda não foi revista, na perspectiva de que em determinado aspecto possa vir a sê-lo. Nem deixar de revê-la, onde se justificar que seja revista, fundados no facto de termos, antes da revisão, acabado de cumpri-la.

A vida é movimento. As constituições devem acompanhar a vida. Mas, enquanto não mudam, tudo se há-de passar como se a vida coubesse perfeita dentro delas.

Aplausos do PS.

Recordemos, pois, que Abril não foi apenas uma data mas o ponto de partida de uma caminhada. «Não um rasgo de que se repouse, mas um despertar de que se não descance». Que Abril é, não um dia, mas todos os dias. Mais do que uma cronologia, uma vontade. A vontade de sermos livres num Mundo livre.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente: — Vai usar da palavra, por direito próprio, o Sr. Presidente da República.

Aplausos gerais.

O Sr. Presidente da República (Jorge Sampaio): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Sr. Presidente do Tribunal Constitucional, Srs. Presidentes dos demais Tribunais Superiores, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Embaixadores e demais Representantes Diplomáticos, Exm.^o Representante do Sr. Cardeal Patriarca de Lisboa, Eminência, Altas Autoridades Cívicas e Militares, Srs. Oficiais que integraram o Movimento das Forças Armadas, a quem respeitosamente saúdo, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Quero, em primeiro lugar, saudar os militares — oficiais, sargentos e praças — que prepararam e participaram no Movimento das Forças Armadas do dia 25 de Abril de 1974.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

Eles gravaram uma página da História de Portugal.

Ao garantirem a liberdade e a democracia, puseram fim a um regime ditatorial, caracterizado pela opressão das polícias políticas, pela ausência de um estado de direito democrático, pela violação persistente de direitos fundamentais e pela recusa do direito à autodeterminação dos povos.

Hoje, é já muito grande o número daqueles que, felizmente, não viveram sob a ditadura. É a esses, sobretudo, que importa relembrar o exemplo desses homens que, mal equipados e em número reduzido, tiveram a coragem de arriscar tudo em nome da Liberdade.

Mas, devo lembrar aqui, também, todos aqueles que sofreram e lutaram durante décadas para que um dia como o do 25 de Abril fosse possível. Mulheres e homens de várias gerações, de diversas ideologias e de todos os grupos sociais, mantiveram, desde 1926, uma tradição de luta e de resistência.

Aplausos do PS, do PSD, do PCP e de Os Verdes.

A ditadura militar, primeiro, e o Estado Novo, depois, em nenhum momento se puderam vangloriar de ter eliminado a resistência, de ter morto a esperança.

A Liberdade e a Democracia Representativa são hoje valores fundamentais do nosso regime político. Todos nos reconhecemos nesses valores, como o prova o amplo consenso sobre a natureza do regime alcançado, há precisamente 20 anos, e mantido até hoje, felizmente, em todas as revisões constitucionais. Esse foi um factor decisivo, na implantação da democracia, para a estabilidade política e para a consolidação do sistema partidário.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril permitiu o pleno desenvolvimento da cidadania. Deu a todos os portugueses a liberdade de poder interpretar, sem imposição de dogmas, a evolução da sociedade. A liberdade de escolha democrática devemos-lo ao 25 de Abril.

No fundo, o que se comemora hoje é a liberdade para optar, para poder debater e decidir sobre o nosso destino colectivo. É, em suma, a liberdade de escolher. Nada pode separar mais a democracia da ditadura do que a liberdade de poder escolher o caminho para onde queremos conduzir os nossos destinos individuais e o destino colectivo de Portugal.

E se esse dia foi um acto de revolta contra um regime inflexível, que a nossa comemoração possa ser, hoje, um acto de reflexão sobre o conformismo que tantas vezes se abate sobre as sociedades contemporâneas.

Aplausos do PS.

Hoje, mais do que nunca, torna-se imprescindível compreender o mundo em que vivemos, bem como as escolhas que se configuram.

Somos continuamente confrontados com a máxima «é preciso adaptarmo-nos», como se não houvesse escolhas, nem alternativas: como se só houvesse uma solução possível.

O 25 de Abril abriu novos horizontes ao futuro de Portugal. Permitiu olhar para a frente com confiança. É importante reafirmar que o destino de Portugal depende de nós. Depende de todos os portugueses.

Mas para decidirmos o que nos interessa, precisamos de iluminar bem o contexto da nossa decisão.

Tradicionalmente, o recurso à experiência histórica bastava para nos garantir um adequado enquadramento das grandes questões e das grandes opções.

Mas no mundo de hoje, a unificação geográfica e as revoluções científicas e industriais levam-nos cada vez mais a olhar para o futuro como uma construção, como uma corporização das percepções e decisões do presente, e cada vez menos como uma fatalidade.

Por isso, sem um esforço prospectivo de reflexão sobre o futuro, olhando para além da conjuntura, não seremos capazes de interpretar o presente, não teremos meios, sequer, para avaliar a esperança, no dizer do grande António Vieira.

É por isso preciso medir o futuro. Mas, o futuro decorre apenas em parte dos indicadores de natureza económica: a outra parte, porventura a mais decisiva, resulta das visões e das aspirações dos principais agentes e actores da sociedade em que vivemos.

São eles que nas circunstâncias das sociedades contemporâneas constroem o sentido da nossa identidade.

É que, para além da cultura e do património, a identidade depende hoje da capacidade colectiva de construir um desígnio, de construir uma ideia de futuro.

No mundo contemporâneo não há identidade sem projecto.

É este o desafio que nos está lançado. A nossa identidade já não se pode definir e celebrar apenas pela história, tem de se alicerçar no consenso sobre o futuro de Portugal. Por isso, a construção da nossa identidade depende da qualidade da informação e da qualificação da cidadania.

A necessidade de um enorme esforço colectivo de aprendizagem é a característica técnica do nosso tempo. O nível de coesão de uma sociedade depende hoje de uma elevada actividade de comunicação interna. É esta a complexidade das sociedades modernas. E, por isso, é este o desafio que está colocado à coesão nacional. A coesão nacional é tanto menor quanto menor for a mobilidade social, quanto menor for o nível de articulação do planeamento e da subsidiariedade entre os diversos patamares da administração.

Mas, a capacidade de reforçarmos a nossa identidade pela construção de um desígnio nacional, em que consensualmente os portugueses se revejam, precisa que o conhecimento de Portugal e a capacidade de representar e interpretar a realidade não se encontre limitada. A investigação científica, a educação, a formação e a qualificação dos portugueses são, por isso, uma prioridade sabida. Só a aposta na qualificação das pessoas pode garantir que os cidadãos dispõem da informação necessária a escolhas cada vez mais complexas. Só assim reconquistaremos permanentemente a liberdade.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril garantiu, por outro lado, uma nova inserção internacional de Portugal. A adesão às Comunidades Europeias foi o corolário natural do fim de um período de autarcia, baseado na construção ideológica de um Império Colonial pluricontinental.

A implantação do regime democrático permitiu a Portugal ser membro de pleno direito da União Europeia, condição sem a qual teria sido impensável garantir a modernização do País, tão grande era o atraso herdado do anterior regime.

A União Europeia tem perante si, na viragem do século de resolver o problema da intensificação da integração económica, num quadro de coesão interna, da expansão de fronteiras, com o alargamento às novas democracias europeias. Portugal deve participar activamente no debate dessas reformas identificando os seus objectivos prioritários e estabelecendo em torno deles os consensos nacionais de forma a garantir uma política externa firme e determinada.

Igualmente, as alterações operadas no sistema político português abriram o caminho para um novo relacionamento com os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, assente no pleno respeito pela soberania dos povos e na partilha de um passado histórico e cultural comum.

Alicerçadas numa vivência de cinco séculos, as nossas relações com aqueles países avultam como um autêntico desígnio nacional, constituindo uma consensual prioridade da política externa portuguesa.

Neste quadro, o aprofundamento dos laços de solidariedade e afectividade, que nos unem aos Estados Lusófonos, e a dinamização das acções de cooperação multilateral assumem o carácter de imperativo nacional e de importante vector para o reforço da nossa capacidade de afirmação externa.

Distinta de outros relacionamentos pela sua especificidade própria, a cooperação que temos desenvolvido, fundamentada numa solidariedade efectiva e na sua dimensão ética e cultural, projectou Portugal como interlocu-

tor privilegiado e desejado. É um capital de credibilidade que importa preservar e potenciar, na óptica dos interesses mútuos associados às políticas de cooperação, nomeadamente no domínio das relações entre os países do Norte e os países do Sul.

Entre outros aspectos, exactamente por estarmos no dia de hoje, gostaria de recordar, pelo carácter simbólico de que se reveste, a cooperação que as Forças Armadas Portuguesas têm vindo a desenvolver, no cumprimento das suas missões em apoio da política externa do Estado e em conformidade com os objectivos da política nacional.

Aplausos do PS e do PSD.

Essa política tem alcançado resultados notáveis em acções de cooperação técnico-militar com países lusófonos, abrindo portas a outras formas de cooperação, quer do Estado quer da sociedade civil.

A cooperação militar, desejada pelos países africanos lusófonos, tem de ser assumida por nós sem complexos, com naturalidade e ela é, em muitos aspectos, um instrumento da maior relevância na política externa portuguesa.

Essa cooperação abrange áreas que vão desde a formação de pessoal ao apoio da reorganização das forças armadas dos países africanos, a acções de intercâmbio no domínio da saúde e da formação de um número significativo de jovens em Portugal, nos estabelecimentos de ensino e em outras unidades das Forças Armadas.

Estamos, assim, a contribuir: para fomentar a consolidação da ideia da Instituição Militar como elemento estruturante dos Estados e das Nações e suporte do exercício das instituições democráticas; e a contribuir, também, para a valorização do factor humano daqueles países. Qualquer um destes aspectos é vital para a consolidação e estabilização das jovens democracias pluripartidárias da África Lusófona.

Noutro plano, Portugal deverá continuar a lutar pela causa de Timor-Leste, no quadro dos esforços do Secretário-Geral da ONU, com as iniciativas também agora em curso, no cumprimento do seu mandato, na procura de uma resolução justa e internacionalmente aceite da questão de Timor-Leste.

O empenhamento de Portugal nesta matéria é, aliás, feito em coerência com dois valores essenciais que estiveram na própria génese do 25 de Abril e são hoje valores de referência da actuação internacional do Estado português: a defesa do direito dos povos à autodeterminação e a defesa dos direitos humanos.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril marcou também uma importante viragem nas opções estratégicas do País. Hoje é, de novo, chegado o momento de pensar estrategicamente o futuro de Portugal, avaliando com rigor alguns factores que o condicionam a curto prazo.

A escassa dimensão da retoma económica, o ajustamento aos critérios de convergência nominal, o aumento da pressão concorrencial externa e a abertura da Conferência Intergovernamental e a pendência de *dossiers* tão sensíveis como o alargamento, a terceira fase da União Económica e Monetária e a definição das perspectivas financeiras depois de 1999 são matérias que aconselham a identificação rigorosa das linhas de orientação que nos devem nortear e, ao mesmo tempo, a necessidade imperiosa de formular as bases de uma concertação estratégica.

O presente exige opções claras e atempadas, um apurado sentido do interesse nacional, determinação na con-

dução das políticas e, sobretudo, pedagogia na explicação das suas consequências.

As reformas necessárias não podem ser feitas ignorando os impactos sociais negativos que conjunturalmente provocam, porque assim se geram factores de conflitualidade que acabarão também eles por constituir obstáculos adicionais à mudança. Mas também é impossível olhar apenas ao curto prazo, porque a intervenção, como sabemos, dispersa e avulsa se acaso impede o agravamento de tensões adia, porventura irremediavelmente, as opções de fundo. É sobre elas que se deverá acordar uma concertação estratégica, como disse.

É necessário, assim, que os agentes políticos e os parceiros sociais aceitem as responsabilidades inerentes aos desafios que se colocam ao País. A resistência à necessidade de concertação estratégica têm como única consequência introduzir um obstáculo adicional ao processo de mudança.

Exige-se, hoje, uma atitude de ajustamento positivo, de determinação, de confiança. Penso que para garantir esse desafio Portugal necessita de preparar, por um lado, as condições para uma competição aberta e, por outro, de assegurar em paralelo condições para o controlo social e político das consequências de um mercado concorrencial aberto.

Não acredito na possibilidade de garantir uma economia moderna e competitiva na próxima década sem o desenvolvimento de políticas de solidariedade que lidem com o problema das tensões sociais provocadas pelo processo de modernização.

A capacidade de construir o futuro de Portugal como país moderno, competitivo e socialmente equilibrado depende, em grande medida: da definição de um justo equilíbrio entre a convergência nominal e a convergência real no âmbito da União Europeia; da articulação entre as políticas de emprego, formação e educação, fundamental para melhorar as condições estruturais da competitividade económica e proteger as condições de controlo social da mudança; e da relação importantíssima entre a coesão nacional, as políticas de solidariedade e o sistema de segurança social.

Hoje é necessário uma valorização digna do princípio da mobilidade, da aprendizagem permanente, da polivalência, da capacidade de adaptação à mudança.

Não é possível pensar no futuro, permitam-me que volte a este ponto, sem aceitar que esta realidade requer pessoas com novos padrões de qualificação. Não basta uma reforma no sistema de educação formal e até de a estabilizar, é preciso aceitar que os sistemas de formação profissional estão a ganhar um carácter permanente e passam a ser decisivos para a adaptação constante ao mercado de emprego.

Mas é errado pensar que esta capacidade de adaptação é apenas um problema dos trabalhadores. A formação de um corpo empresarial bem preparado é decisiva para a sustentação do emprego numa economia aberta e para o desenvolvimento essencial de uma sociedade civil mais autónoma e menos tutelada pelo Estado.

Aplausos do PS.

Tudo farei, no quadro das minhas competências constitucionais, para ajudar a criar o clima de confiança necessário à concretização dos acordos de concertação estratégica que vierem a revelar-se viáveis e adequados. Tudo farei para criar um clima de confiança na capacidade dos portugueses em realizar com êxito essas reformas.

Precisamos de fazê-lo com entusiasmo e com esperança, valorizando o que é novo, premiando o risco e o êxito, evidenciando o exemplo positivo como factor de mobilização social, combatendo as visões apocalípticas que alimentam a complacência e o conformismo.

Minhas Senhoras e Meus Senhores: O 25 de Abril deu lugar, após eleições livres, à Constituição de 1976, de que se comemoram os 20 anos de vigência.

A Constituição consagrou, desde então, a possibilidade de criação de regiões administrativas. No espírito dos constituintes estava presente a necessidade de contrariar uma grave tradição centralista e de utilizar a descentralização administrativa como um instrumento de planeamento e um poderoso estímulo ao desenvolvimento, corrigindo assimetrias e desfasamentos, que nos últimos 20 anos só se agravaram, valorizando recursos e competências, fortalecendo, nesse sentido, a coesão nacional.

Durante 20 anos não foi possível encontrar vontade política para levar por diante uma iniciativa legislativa que cumprisse esse preceito constitucional, que se manteve, e dotasse Portugal desse instrumento de gestão, planeamento e racionalização de recursos num patamar intermédio entre o Poder Central e o Poder Local consagrados na Constituição da República.

O debate, importa reconhecê-lo, centrou-se sempre mais na discussão dos inconvenientes de um modelo de descentralização político-administrativo que não corresponde ao normativo constitucional, o qual se limita a consagrar uma componente administrativa da descentralização. E, esse facto, descentrou a discussão da reflexão sobre a necessidade de encontrar esse, ou outro, instrumento de planeamento e gestão de recursos que articule operacionalmente áreas geográficas intermunicipais.

Creio, Sr.^{as} e Srs. Deputados, que o debate sobre o processo de descentralização, que leve à criação de regiões administrativas no continente deverá ser encarado com toda a naturalidade.

O facto de vários líderes de partidos com assento parlamentar se terem manifestado em apoio à necessidade dessa reforma, já constitucionalmente consagrada, só deve favorecer a desdramatização do debate e contribuir para que ele se centre na questão de fundo — as vantagens e os inconvenientes de se adoptar essa metodologia de descentralização — e menos, se me permitem, nas questões de método e de calendário.

Aplausos do PS.

O que importa sobre a descentralização administrativa do País, conhecida por regionalização, é a discussão sobre o fundo da questão, sobre o que ela representa para o futuro de Portugal e dos portugueses.

É sobre a questão de fundo que importa esclarecer os cidadãos da República. Tantas vezes, em torno desta discussão, avultam ideias feitas fruto de uma escassa pedagogia da reforma que se deseja levar a cabo. O debate de fundo, nos termos em que actualmente está colocado, parece só agora ter começado. Em boa verdade, tratando-se de uma reforma da Administração só através dele se pode contribuir para a desejável aproximação entre o Estado os cidadãos.

Numa matéria desta relevância, entendo, com tenho feito, dever continuar a advogar, e fi-lo desde o dia em que nesta Casa fui empossado, a vantagem de se construir um consenso o mais amplo possível.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Sr.^{as} e Srs. Deputados: Sobre a questão de fundo, felizmente, a minha opinião é conhecida. Quanto ao demais, está o Presidente da República obrigado a fazer cumprir a Constituição que jurou e que só a vontade soberana desta Assembleia da República, dotada de poderes de revisão, pode alterar.

Aplausos do PS e do PSD.

Mas, também, está o Presidente da República obrigado a interpretar as condições de garantia da coesão nacional, por isso tenho atribuído tão alto significado, como disse, à necessidade de um amplo debate e de um consenso o mais amplo possível.

Aplausos do PS, do PSD e do CDS-PP.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Procurei, nos últimos dias, num conjunto de gestos simbólicos, expressar a necessidade de fortalecer um clima de confiança na capacidade de realização do povo português.

Não me esqueço, nunca me esquecerei, dos problemas que afectam Portugal. Dedico-lhes, naturalmente, a maior atenção.

Mas entendo dever contribuir para criar um clima de confiança no País, lutando contra conformismos deterministas e derrotismos injustificados. O País não se encontra num impasse.

Quis homenagear o 25 de Abril através de um conjunto de visitas onde fiz jus à capacidade de dedicação e de realização dos portugueses, à capacidade para ultrapassar obstáculos e para atingir níveis de realização e de exigência.

O 25 de Abril representou o restaurar da esperança e da confiança na capacidades dos portugueses, sem as tutelas autoritárias que se substituíam à escolha livre e democrática pelo ditame de um poder ilegítimo.

Creio que a melhor forma de dar confiança aos portugueses que neste momento possam passar por um período difícil é dar-lhes, simbolicamente, um sinal de que é possível acreditar na capacidade para ultrapassar os problemas e os constrangimentos.

Portugal é hoje um país moderno. Deve reforçar a sua identidade baseada no reconhecimento de um desígnio que oriente o nosso futuro.

Tenho confiança no futuro de Portugal.

Viva Portugal.

Aplausos gerais, de pé.

O Sr. Presidente: — Está encerrada a sessão.

Eram 13 horas e 25 minutos.

A Banda da Guarda Nacional Republicana executou de novo o Hino Nacional.

Realizou-se, então, o cortejo de saída, composto pelas mesmas individualidades do da entrada, tendo o Sr. Presidente da República saudando o corpo diplomático com uma vénia ao passar diante da respectiva tribuna.

Faltaram à sessão os seguintes Srs. Deputados:

Partido Socialista (PS):

Maria Jesuína Carrilho Bernardo.
Sérgio Humberto Rocha de Ávila.

Partido Social Democrata (PSD):

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto.
António de Carvalho Martins.
António Germano Fernandes de Sá e Abreu.
António Paulo Martins Pereira Coelho.
Artur Ryder Torres Pereira.
Carlos Manuel Duarte de Oliveira.
Francisco Antunes da Silva.
Joaquim Manuel Cabrita Neto.
Joaquim Martins Ferreira do Amaral.
José Manuel Durão Barroso.
Luís Carlos David Nobre.
Manuel Castro de Almeida.
Maria Manuela Aguiar Dias Moreira.

Maria Teresa Pinto Basto Gouveia.

Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas.

Pedro Augusto Cunha Pinto.

Pedro Domingos de Souza e Holstein Campilho.

Pedro Manuel Cruz Roseta.

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP):

António Afonso de Pinto Galvão Lucas.

Nuno Kruz Abecasis.

Rui Manuel Pereira Marques.

A DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, E. P.

1 — Preço de página para venda avulso, 9\$00 (IVA incluído).

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa.

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República.

PREÇO DESTE NÚMERO 144\$00 (IVA INCLuíDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e a assinaturas do «Diário da República» e do «Diário da Assembleia da República», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, E. P., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 — 1092 Lisboa Codex.